

DIVISÃO INTERNACIONAL DOS RISCOS TÉCNICOS AMBIENTAIS

Maurício Waldman¹

Para o entendimento mais global e atualizado da relação homem/natureza necessita-se ampliar a análise e examinar as variáveis do tempo, do espaço e da energia. O sistema capitalista, com sua economia de mercado de caráter planetário, trata a natureza como mercadoria e está produzindo uma crise ambiental com a marca da artificialidade. O autor analisa com profundidade os riscos que o atual quadro apresenta e a perversidade de como esses riscos são divididos.

Entender a relação homem/natureza pressupõe compreender complexas interconexões, onde se interpenetram estruturas sociais, políticas, econômicas e ideológicas. Sobretudo, pressupõe a compreensão de que as sociedades estabelecem “relações ecológicas” com o que historicamente é entendido como meio ambiente.

Essas relações estão retratadas na espacialidade de cada formação social, pois cada modo de produção, ao intermediar ciclos de matéria e energia e inserir-se nos circuitos físicos e biológicos dos ecossistemas, expressa, nas paisagens criadas, diferentes “metabolismos” com as energias da natureza, tornadas sociais.

Dessa forma, fenômenos como a fome (ou a abundância), epidemias (ou o vigor dos componentes de uma sociedade) e a derrocada das civilizações (ou sua perdurabilidade) constituem manifestações do que está em seu cerne: as relações mantidas entre o homem e o meio ambiente.

Espaço, tempo e energia constituem variáveis permanentes (e fundamentais) em qualquer relação estabelecida com a natureza. Para cada sociedade, uma determinada organização do espaço geográfico e dos elementos naturais nele dispersos (ou um *arranjo espacial*), determinada regulação social do tempo (ou *tempo social*) e determinadas demandas energéticas. Nestas variáveis visualizamos contradições que podem determinar o fim de uma formação social.

O metabolismo estabelecido pelo capital em suas relações com o meio ambiente pressupõe riscos ambientais crescentes, inerentes a um modo de produção que necessita destruir a natureza para transformá-la em mercadoria.

O modo de produção capitalista possui uma inserção própria no quadro natural. A partir dele é que passa a ser compreensível não apenas *seu retrato ecológico*, como também as características deste retrato, no qual, como já anuncia o título deste texto, estão incorporados uma divisão internacional do trabalho e, arriscando um trocadilho, o risco da divisão e a divisão do risco.

¹ Sociólogo, colaborador do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), coordenador do Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo e Secretário do Meio Ambiente de São Bernardo do Campo (SP).

UMA (DI)VISÃO DESIGUAL E COMBINADA

O cerne desta (di)visão é fácil de ser encontrado. Mais do que qualquer outro modo de produção, o capitalismo especializou ao máximo a articulação interna da produção. Adam Smith, na sua obra clássica *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, já demonstrava que a divisão social do trabalho, ao buscar maior produtividade e eficiência, ganhava maior especialização. E esta especialização reproduziu-se espacialmente, determinando uma divisão regional (em nível de um país) e internacional (em nível do planeta) do trabalho.

A partir dessas premissas, poderíamos elencar algumas características espaciais do capitalismo, todas com interface ambiental:

1. O caráter universal do desenvolvimento das forças produtivas, pelo qual o tempo anulou o espaço (MARX, 1975), expressa a especificidade de uma forma de apropriação da natureza que é privada e voltada para o benefício individual. O metabolismo estabelecido pelo capital em sua relação com o meio ambiente pressupõe riscos ambientais crescentes, inerentes a um modelo de produção que necessita destruir a natureza para então transformá-la em mercadoria. A água, o solo, o “verde”, entre outros elementos, a partir do momento em que são contaminados, poluídos e depredados justificam sua transformação em bens adquiridos em mercado.

Por isso, a reprodução deste sistema não sugere processos revitalizantes, posteriores ao esgotamento dos vitais ciclos biológicos dos ecossistemas. Se foi possível ao mundo mediterrâneo, à antiga *oikoumene*, recuperar-se da devastação promovida pelo imperialismo romano, o mesmo não está colocado para nós, caso a moderna *oikoumene* da economia de mercado continue sua reprodução.

2. O caráter planetário da economia de mercado articulou, pela primeira vez na história, uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Os “compromissos ambientais” da DIT não podem ser entendidos separadamente das diretrizes gerais do sistema. Ou seja, *ela incorpora compromissos que são desiguais e combinados*. As relações entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido, do ponto de vista ambiental, não escapam do processo caracterizado pelo deslocamento constante das bases técnicas da dependência e não pela sua ruptura (DOWBOR, 1981). Trata-se de um processo que sempre beneficiou o Norte em detrimento dos interesses do Sul.

3. Existe o predomínio do artificial sobre o natural, ou da natureza segunda sobre a primeira. O caráter histórico-social dos desequilíbrios, portanto, é muito mais evidente na atualidade do que no passado. *Estamos enfrentando uma crise ambiental que traz frequentemente a marca da artificialidade*. É a poluição da atmosfera pelo material particulado, é a contaminação do solo pelos resíduos tóxicos e pelos pesticidas. A artificialização do mundo se traduz pela artificialidade dos elementos que compõem a sua crise: *Deixamos de entrever a natureza-amiga e criamos a natureza hostil* (SANTOS, 1988).

Neste sentido, o predomínio do privado sobre o coletivo, do artificial sobre o natural, do tempo sobre o espaço, do que é mundial sobre o que é local, induziram recolocações e concentrações desigualmente integradas dos recursos, técnicas e diretrizes voltadas para a apropriação do espaço e do meio ambiente.

Estruturou-se uma conjugação perversa, com um espaço artificialmente dividido e subordinado a um tempo social uniformizante, com a circulação e absorção desiguais de energia. Temos diante de nós uma divisão internacional que não é apenas do trabalho, *mas também dos riscos técnicos e dos conteúdos energéticos* (SEVÁ, 1990).

A DIVISÃO DOS RISCOS

Os riscos das operações que intermedeiam a relação do capital com o meio ambiente são desigualmente distribuídos. Estão locados junto aos segmentos subordinados e periféricos do sistema. Não se trata de um processo circunscrito geograficamente ao Terceiro Mundo, pois Primeiro e Terceiro Mundo intercalam-se em

todos os países. Temos um Primeiro Mundo do Terceiro (as elites abastadas) e um Terceiro Mundo do Primeiro (os trabalhadores imigrantes, por exemplo).

Recente estudo da *California Waste Management Board* (Conselho de Administração de Rejeitos da Califórnia) apontou comunidades rurais, pobres, politicamente conservadoras, abertas às promessas de benefícios econômicos, de baixo nível educativo e formadas por agricultores, mineiros e peões de estabelecimentos pecuários, como de menor oposição ao *locally undesirable land-use* (uso localmente indesejável do solo).

Em nível de planeta, essas características tornam chamativos os países do Sul. Sugerem também a transferência de núcleos industriais poluidores para regiões de mão-de-obra barata e de farta energia e matéria-prima (CHIAVENATO, 1981). A energia, que vai escasseando ou encarecendo nos países mais ricos, está incorporada pelos países periféricos, via transplante de processos eletro-intensivos (consumidores de muita energia), como no caso do processamento da bauxita para a produção de alumínio que, ademais, é extremamente poluente.

Esta divisão do trabalho incorpora ainda a instrumentalização dos desníveis regionais existentes no âmbito do próprio Sul, consubstanciados, por exemplo, no aproveitamento da mão-de-obra de trabalhadores imigrantes do Bangladesh, Paquistão e Filipinas, para os “trabalhos sujos” nos países do Golfo e em “sub-imperialismos”, como no caso da política de satelização do Paraguai, pelo regime militar brasileiro, via hidrelétrica de Itaipu (SCHILLING e CANESE, 1991).

Primeiro e Terceiro Mundos mostram cenários diferentes, mas complementares em sua desigualdade. Enquanto nos países centrais nota-se crescente avanço da agricultura orgânica, da reciclagem do lixo (acompanhada de legislação cada vez mais rigorosa), do questionamento da incineração como forma de tratamento final dos resíduos sólidos, da luta contra o lixo tóxico, contra as indústrias poluentes e/ou eletro-intensivas, o contrário ocorre no Terceiro Mundo.

Estruturou-se uma conjugação perversa, com um espaço artificialmente dividido e subordinado a um tempo social uniformizante, com a circulação e absorção desiguais de energia.

Os incineradores, construídos pelas mesmas firmas que antes exportavam usinas nucleares (como a Siemens e a KWU), agora são exportados para os países periféricos. Essas imensas usinas de incineração geram como subproduto a dioxina, considerada a mais violenta substância criada pelo homem, com grau de periculosidade ultrapassando tanto o urânio quanto o plutônio. Repudiada nos países do Norte, seu custo é amortizado pela exportação, transformando essa sucata tecnológica em dívida externa dos compradores. Na agricultura, utilizam-se agrotóxicos condenados para, por exemplo, produzir soja que vai servir para engorda do gado estabulado europeu.

Quanto ao lixo tóxico, apesar de o Tratado Internacional da Basileia (1990) solicitar prévia notificação às nações do Terceiro Mundo para o despejo de substâncias tóxicas em seus territórios, episódios como o do navio *Khian Sea* (1986), que peregrinou durante dois anos procurando um país para depositar cinzas tóxicas (parcialmente descarregadas numa praia do Haiti), não devem ser considerados ultrapassados. Utiliza-se também o recurso da abertura de filiais de transnacionais para receberem resíduos perigosos, obedecendo ao princípio das vantagens comparativas. Assim, em um dos casos, envolvendo empresas do exterior com vistas a possível armazenamento de PCB's (Bifenis policlorados, ou Ascarel), material altamente tóxico, a “exportação” poderia ser feita a US\$ 40/tonelada, contra US\$ 2.000/tonelada, no caso de tratamento nos EUA (Jornal do Brasil, 12/9/91). De resto, deficiências nas legislações (ou carência absoluta de normas) associam-se a uma fiscalização pouco eficaz, sucessivas vezes denunciadas por sindicatos e ecologistas das regiões portuárias de todo o Sul.

Não fosse suficiente, acentua-se a tendência de transplantar processos eletro-intensivos, como no caso do polo de alumínio do Maranhão, para o qual foi construída a hidrelétrica de Tucuruí (ao custo de US\$ 8 bilhões) e

fornecidos subsídios da ordem de US\$ 1 bilhão anuais, por conta da venda de energia por um terço do preço de custo (CESE, 1989: 22/24). Além do ônus econômico, largo trecho do rio Tocantins foi destruído, comprometendo para sempre a vida das populações locais.

De resto, o transplante de maquinário poluente, recusado nos centros avançados de acumulação de capital, justificando a chamada “industrialização retardada” dos países periféricos, garante taxas inéditas de poluição, política exemplarmente sintetizada pelo senador José Sarney no regime militar: “Que venha a poluição, sempre que se transfiram indústrias”.

A Divisão Internacional do Trabalho, reproduzindo as leis de desenvolvimento desigual e combinado, impôs ao Terceiro Mundo todos os riscos técnicos inerentes ao processo de expansão das economias do Norte. É um processo que se alastra desde a expansão marítima e comercial da Europa, prestes a “comemorar” 500 anos. Somou genocídio, miséria e devastação ambiental. Mas essa desordem, “é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado” (SANTOS, 1988:66). Ela não pode continuar, pois a divisão do trabalho inclui riscos para todo o planeta.

OS RISCOS DA DIVISÃO

Em um momento no qual a ordem estabelecida repentinamente procura demonstrar preocupação ambiental, propondo o “desenvolvimento sustentável” ao lado de uma nova ordem econômica internacional, parecem evidentes algumas brechas nas argumentações. No que se refere à divisão dos riscos, temos:

1. Apesar de algumas medidas (paliativas) na contenção da destruição do meio ambiente, a desagregação dos equilíbrios globais da biosfera não cessou, pois as medidas adotadas não confrontaram as diretrizes gerais do sistema. Assim, a conversão da dívida externa por proteção ambiental não significa ruptura com o mecanismo da dívida em si mesmo, mantendo um instrumento de exploração cujo custo ambiental foi (e é) elevadíssimo. Por outro lado, não cessou o transplante de matrizes poluentes, sequer dos equipamentos já condenados nos países do Norte. Ao que tudo indica, as mudanças não ocorrem devido à resistência em alterar a engrenagem básica do sistema, voltada para a exploração do trabalho pelo capital, dos países pobres pelos países ricos.

2. A crise ambiental gerada pela divisão dos riscos é sem paralela na história. Ela espelha uma adaptação das diferentes peças do mecanismo social, que somente pode efetuar-se mediante gastos improdutivos de energia e recursos naturais, decorrentes da natureza da sociedade capitalista (BUKHARIN, 1986). Isto se agrava pelo fato de nenhuma das crises ecológicas do passado ter-se dado em contexto planetário. Nos períodos pré-contemporâneos, dava-se em ecossistemas pouco interdependentes. Hoje, quando os recursos são pensados e geridos em nível da Terra inteira, ao mesmo tempo em que universalizamos o problema dos recursos, igualmente universalizamos as crises (Michel Dory, in CGT-1990). Essa crise, ao atingir primeiramente os segmentos periféricos do sistema vale dizer, não-ocidentais, não-burgueses e não-brancos, não deixará de atingir os centros decisórios do poder mundial, mesmo porque as dinâmicas naturais do planeta não respeitam fronteiras políticas artificiais.

3. O caráter peculiar da crise da apropriação privada da natureza é igualmente peculiar, por não se traduzir exclusivamente por “cataclismos naturais”. Nenhuma formação social do passado soçobrou ecologicamente sem o concurso direto dos ritmos da própria natureza. Os reinos do incenso (atual Iêmen, a *Felix Arabia* dos cronistas gregos e romanos), soçobraram para sempre com a catastrófica inundação de 524 d.C., que rompeu o dique que represava as águas do rio Adhanat e destruiu o jardim de especiarias que por milênio e meio floresceu na região. Os ritmos da natureza, contidos, mas não destruídos de todo, cobravam, de tempos em tempos, o seu tributo, transformando-se no que ENGELS, certa ocasião, denominou de *sua vingança* (1986). A crise da atualidade, já foi dito, *tem a marca da artificialidade*. Assim, se a queda das civilizações Maia, Khmer e dos Reinos do Incenso, foi secundada pelo retorno da paisagem natural, na qual os templos de Palenque (México), Angkor Wat (Camboja) e de Marib (Iêmen) acabaram sepultados, nos dois primeiros casos, pela exuberante vegetação da

floresta equatorial e os de Marib, pelo mesmo deserto que um dia fez recuar, o destino da civilização moderna talvez seja o de ser sepultada no próprio lixo.

4. As respostas do *status quo* repousam, via de regra, nas chamadas “eco-técnicas”. Constituindo um apanhado de tecnologias cuja única função é perpetuar o “retrato ecológico” já existente, não escapam de um profundo conteúdo ideológico, buscando a manutenção da exploração do homem pelo homem, que poderá continuar desde que “tecnologicamente limpa” e “ecologicamente aceitável”.

5. Nesse sentido, talvez a única solução do problema para os países centrais seja justamente *uma não-solução: o congelamento perpétuo das desigualdades sócio-ambientais tendo por signo maior a questão ambiental, um "futuro comum" que reserva, no máximo, algum tipo de proteção para os povos do Norte e alguma diminuição da miséria absoluta para os povos do Sul.*

Se pensarmos que os problemas do meio ambiente não podem ser abordados sem encarar paralelamente a questão fundamental da justiça social (HILDYARD, 1991), a solidariedade Norte/Sul - fundamental para enfrentarmos a deterioração geral dos equilíbrios dinâmicos da biosfera, não pode dar-se mediante a legitimação da espacialização planetária hoje existente. Pelo contrário, deve buscar a causa comum de fortalecer tanto o movimento ecológico quanto os demais movimentos sociais, na busca e na conquista do que o *status quo* não está disposto a dar: justiça social e respeito ao meio ambiente, um mundo que não seja mais da divisão dos riscos, e sim do risco comum de não sermos divididos.

O CUSTO DA DESPOLUIÇÃO DO PLANETA

Será preciso dinheiro para cumprir as metas de redução da destruição da camada de ozônio, evitar o efeito-estufa e despoluir os mares, entre outros problemas. Mas sem um acordo sobre quanto ou de onde vai sair o dinheiro, os países pobres, sobretudo, não pretendem colaborar. Eles alegam que foram os países industrializados que causaram a maior parte dos estragos ao planeta e que cabe a eles financiarem a mudança.

O índice da ajuda oficial que os países ricos liberam para os mais pobres tem se mantido igual há mais de uma década. Hoje, com o produto mundial bruto (a soma dos PIBs) de US\$ 25 trilhões, o total de fundos liberados é de US\$ 55 bilhões, o que significa a metade da meta estabelecida pela ONU. A entidade recomendava que cada país rico destinasse ao menos 0,7% de PIB em ajuda oficial aos países pobres. As propostas que estão sendo debatidas para a obtenção de recursos são:

- . Aumento da cota de contribuição obrigatória dos países-membros da ONU, que seria destinada a programas de desenvolvimento e meio ambiente;

- . Fundo de investimento privado: indivíduos ou empresas contribuiriam para um fundo internacional, que seria investido em projetos ligados ao meio ambiente nos países subdesenvolvidos;

- . Impostos sobre bens comuns: os governos pagariam uma taxa pelo uso de tudo o que é, comum (oceanos, atmosfera e espaço). A taxa seria administrada por meio de um fundo internacional, e o dinheiro utilizado na proteção ambiental;

- . Imposto sobre emissões de CO₂: cobrança de impostos sobre o barril de petróleo, por exemplo.

- . "Selo verde": o correio venderia um "selo verde", e o dinheiro arrecadado seria administrado pela ONU para financiar a transferência de tecnologia aos países subdesenvolvidos.

- . Comércio de cotas: empresas e países teriam cotas de poluição e só poderiam emitir dentro de percentuais estabelecidos. Elas seriam comercializadas como uma troca qualquer de títulos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990;

ALIER, Juan Martinez. 1992. *El Ecologismo de Los Pobres*. Envio, Manágua, nº 125, (Publicação mensal da Universidade Centro Americana de Manágua);

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*, Coleção Geografia e Sociedade, vol. 2, Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro (RJ). 1982;

BROWN, Lester. *Por uma Sociedade Viável*. Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro (RJ). 1983.

BUKHARIN, Nicolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo - Esboço Econômico*. Série Os Economistas. 2ª edição, Editora Nova Cultural: São Paulo (SP). 1986;

CASSETI, Valter. *Ambiente e Apropriação do Relevo*, Coleção Ensaios. Editora Contexto: São Paulo (SP). 1991;

CHIAVENATO, Julio José. *Geopolítica, arma do fascismo*. Coleção Geopolítica e Estratégia. v. 2. Global Editora: São Paulo. 1981;

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Col. Biblioteca de Ciências Sociais);

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *Pós Modernidade: Mito e Natureza*. Fortaleza: NEPS-Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais - UFC, Universidade Federal do Ceará, 1992;

DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Terceiro Mundo*, Coleção Tudo é História, n º 35, Editora Brasiliense, São Paulo, SP, 1981;

ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Col. Pensamento Crítico, 8);

HILDYARD, Nicholas. *Ecologia de la Liberación*, in Terra Amiga, publicação dos Amigos da Terra - America Latina y Caribe, ano I, nº 1, 1991, pp. 18-21, Montevideo, Uruguai.

LACOSTE, Yves. *Geografia do Subdesenvolvimento*, DIFEL, São Paulo e Rio de Janeiro (SP/ RJ), 1978;

LACOSTE, Yves. *Unité & Diversité du Tiers Monde - Des Representations Planétaires aux Stratégies sur le Terrain*, François Maspero: Paris, França, 1981;

MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas: Formen*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (Col. Pensamento Crítico, 3);

_____. *O Capital: Capítulo Inédito*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978;

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: EDUSP; Hucitec, 1978a;

_____. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978b;

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo: Hucitec, 1988. São Paulo: Companhia das Letras, 1988;

SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. *ITAIPU - Geopolítica e Corrupção*. Série Dívida Externa, V. 3. Centro Ecumênico de Documentação e Informação: São Paulo e Rio de Janeiro. 1991;

SEVÁ, Oswaldo. *Quem inventa o pânico, que se explique, quem sofre a ameaça, que se organize...* São Paulo e Rio de Janeiro: CEDI, 1990;

SMITH, Adam. *Investigação sobre a Natureza e as causas da Riqueza das Nações*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. Os Pensadores);

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Movimentos Sociais: breve fundamentação*. In: VIANNA, Aurélio. (Org.). Hidrelétricas, Ecologia e Progresso. Rio de Janeiro: CEDI, 1990;

_____. *A Ecologia do Tempo*. Texto para debates elaborado para fóruns da ECO-92. texto mimeo. São Paulo, SP, 1991;

_____. *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*. In: SCHILLING, Paulo (Org.). Conversão da Dívida e Meio Ambiente. São Paulo: Global/CEDI, 1991a;

_____. *Lutemberger: Umweltpolitik auf neoliberal: eine polemik*. Latein Amerika Nachrichten, Berlim, nº 205-206, p. 10-14, jul-ago 1991b;.

WALDMAN, Maurício; FATHEUER, Thomas. *Ecologia: um novo (e antigo) projeto global*. Folha de S. Paulo, Caderno ABCD, São Bernardo do Campo, edição de 27 dez. 1991c.

COLETÂNEAS E DOCUMENTOS

As Culturas e o Tempo. Estudos reunidos pela UNESCO, co-edição Editora Vozes e EDUSP, Petrópolis e São Paulo (RJ e SP), 1975.

CESE, Coordenadoria Ecumênica de Serviços. *Meio Ambiente e Organização Popular – Relatório de Encontro de Agentes de Projetos CESE/1989*, 12 a 22 de Setembro de 1989. Salvador, BA. 1989;

CGT-1990. *Lê Dossier Questions D'Environnement et Action Syndicale*. In: Analyses & Documents Économiques, nº 39, p. 22/57. França, 1989;

CMMAD, *Nosso Futuro Comum*, Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Brundtland. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro (RJ), 1988;

DIOXINA: O DERRADEIRO ALERTA. In Revista Proteção - Informação de Fonte Segura, Vol. 3, nº 11, p.36-49, Proteção Publicações Ltda, São Paulo e Novo Hamburgo (SP/RS), 1991.

AUTORIZADA A CITAÇÃO E/OU A REPRODUÇÃO DESTES TEXTOS DESDE QUE MENCIONADA A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

WALDMAN, Maurício. *Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais*. Revista Tempo e Presença, nº 261, pp. 29-32, Edição Especial sobre Meio Ambiente, Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, São Paulo/Rio de Janeiro (SP/RJ), 1992.

LIVROS DE MAURÍCIO WALDMAN RELACIONADOS COM O TEMA

LIXO: CENÁRIOS E DESAFIOS, CORTEZ EDITORA, 2010

Saiba mais: <http://www.lojacortezeditora.com.br/lixo.html>

MEIO AMBIENTE & ANTROPOLOGIA, EDITORA SENAC, 2006

Saiba mais: http://books.google.com.br/books/p/senac?id=z4ns-luC4LwC&dq=Meio+ambiente+%26+antropologia&hl=pt-br&source=gbs_summary_s&cad=0

MAURÍCIO WALDMAN - INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS

Home-Page Pessoal: www.mw.pro.br

Biografia Wikipedia English: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Currículo no CNPq - Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>